

**PAUTA DE REIVINDICAÇÕES PARA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DOS  
AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR****2021/2022**

- Federação dos Professores do Estado de São Paulo – FEPESP, em nome dos Sindicatos integrantes encaminha à FEEESP – Federação dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, nos termos do documento protocolizado em 23 de fevereiro de 2021, para que apresente aos respectivos Sindicatos filiados (SIEEESP e SINEPEs), a pauta de reivindicações abaixo, para as tratativas referentes à data base de 1º de março de 2021.

**1. Abrangência**

Esta Convenção abrange a categoria econômica dos estabelecimentos privados de ensino no Estado de São Paulo, aqui designados como ESCOLAS, representados pelo **SINEPE ou SIEEESP** e a categoria profissional dos Auxiliares de Administração Escolar, aqui designados simplesmente como AUXILIARES, representada pelo **Sindicato xxxx**.

**Parágrafo primeiro** – A categoria dos Auxiliares de Administração Escolar compreende todos aqueles que, sob qualquer título ou denominação, exercem atividades não docentes em Escola (estabelecimentos de ensino) de qualquer curso, nível, ramo ou grau.

**Parágrafo segundo** – Entendem-se como curso, nas disposições previstas nesta cláusula e na presente Convenção Coletiva, os seguintes níveis de ensino: a) educação infantil; b) ensino fundamental de 1º ao 5º ano; c) ensino fundamental de 6º ao 9º ano; d) ensino médio; e) ensino técnico ou profissionalizante; f) curso pré-vestibular.

**Parágrafo terceiro** – Os cursos de educação infantil integram a Educação Básica não sendo, portanto, considerados cursos livres, conforme artigos 21, 26, 29, 30 e 31 da Lei 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), com a redação dada pela lei 12.796/2013; Resoluções CNE/CEB 5/2009 e 20/2009 e ainda, Indicação nº 4/99 do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, de 03 de julho de 1999.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula e adequação de redação.**

**2. Duração**

Esta Convenção Coletiva de Trabalho terá duração de dois anos, com vigência de 1º de março de **2021** a 28 de fevereiro de **2023**.

**Parágrafo único** – Em virtude do surgimento de normas legais pertinentes aos assuntos constantes das cláusulas desta Convenção, as mesmas poderão ser reexaminadas na próxima data-base, para as devidas adequações.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula e adequação de datas.**

**3. Reajuste salarial em 2021**

Em 1º de março de **2021**, as ESCOLAS deverão reajustar os salários dos AUXILIARES em **xx%** (**xxxx** por cento), aplicados sobre os salários devidos em 1º de março de **2020**, **percentual este calculado pela soma da** média aritmética dos índices inflacionários do período compreendido entre março de **2020** e

fevereiro de 2021, apurados pelo IBGE (INPC), DIEESE (ICV) e FIPE (IPC), com o índice de 3% (três por cento), a título de aumento real.

**Parágrafo primeiro** – Para o cálculo da média aritmética referida no *caput*, serão considerados apenas os Institutos ou órgãos de coleta de preços que apuraram os respectivos índices inflacionários em todos os meses do período de 1º de março de 2020 a 28 de fevereiro de 2021 e que, portanto, neste caso, a soma dos índices acumulados será dividida pelo número de Institutos ou órgãos considerados.

**Parágrafo segundo** – As ESCOLAS que deixarem de cumprir o disposto na cláusula *Participação nos lucros ou resultados ou abono especial* deverão acrescentar 2% (dois por cento) ao reajuste definido no *caput*, a partir de 1º de março de 2021, totalizando xxx% (cinco vírgula quinze por cento) aplicados sobre os salários devidos em 1º de março de 2020.

**Parágrafo terceiro** – Os salários de 1º de março de 2021, reajustados de acordo com o que dispõe esta cláusula, constituirão a base de cálculo para a data base de 1º de março de 2022.

**Reivindicação:** Manutenção da cláusula, adequação de datas e de redação e do índice de reajuste salarial.

#### **4. Reajuste salarial em 2022**

Em 1º de março de 2022, as ESCOLAS deverão aplicar sobre os salários devidos em 1º de março de 2021 o percentual definido pela média aritmética dos índices inflacionários do período compreendido entre 1º de março de 2021 e 28 de fevereiro de 2022, apurados pelo IBGE (INPC), FIPE (IPC) e DIEESE (ICV), acrescido de 50% (cinquenta por cento) da referida média inflacionária, a título de aumento real.

**Parágrafo primeiro** – Para o cálculo da média aritmética referida no *caput*, serão considerados apenas os Institutos ou órgãos de coleta de preços que apuraram os respectivos índices inflacionários em todos os meses do período de 1º de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2022 e que, portanto, neste caso, a soma dos índices acumulados será dividida pelo número de Institutos ou órgãos considerados.

**Parágrafo segundo** – As ESCOLAS que deixarem de cumprir o disposto no item B da cláusula *Participação nos lucros ou resultados ou abono especial* deverão acrescentar 2% (dois por cento) ao reajuste definido no *caput*.

**Parágrafo terceiro** – A Fepesp e a Feeesp comprometem-se a divulgar, em comunicado conjunto, até 20 de março de 2022, o percentual de reajuste calculado pela fórmula definida no *caput*, bem como os valores dos pisos salariais que passarão a vigorar a partir do mês de competência março de 2022.

**Parágrafo quarto** – Os salários de 1º de março de 2022, reajustados de acordo com o que dispõe esta cláusula, constituirão a base de cálculo para a data base de 1º de março de 2023.

**Reivindicação:** Manutenção da cláusula, adequação de datas e de redação e do índice de reajuste salarial.

#### **5. Compensações salariais**

Na aplicação do reajuste definido em março de 2021 será permitida a compensação de eventuais antecipações salariais concedidas entre 1º de março de 2020 e 28 de fevereiro de 2021, desde que tenha havido manifestação expressa nesse sentido. O mesmo princípio será observado no reajuste a ser aplicado em março de 2022, sendo permitida a compensação de eventuais antecipações salariais concedidas entre 1º de março de 2021 e 28 de fevereiro de 2022, desde que haja manifestação expressa nesse sentido.

**Reivindicação:** Manutenção da cláusula e adequação de datas.

**6. Piso salarial**

Nos termos do inciso V, artigo 7º da Constituição Federal, fica assegurado aos AUXILIARES piso salarial de R\$ xxxx (xxxx), por jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

**Parágrafo primeiro** – A partir de 1º de março de 2022, o piso salarial será reajustado pelos mesmos índices estabelecidos na cláusula *Reajuste salarial em 2022* na presente Convenção.

**Parágrafo segundo** – Ao trabalhador que recebe o piso da categoria durante a vigência desta norma fica automaticamente assegurado o direito à participação nos lucros ou resultados ou abono especial, previstos nesta Convenção Coletiva.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula e aplicação do reajuste salarial.**

**7. Prazo para pagamento da remuneração mensal**

O pagamento mensal deve ser efetuado, no máximo, até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado.

**Parágrafo primeiro** – O não pagamento no prazo obriga a ESCOLA a pagar multa diária, em favor do AUXILIAR, no valor de 0,3% (três décimos percentuais) de seu salário mensal.

**Parágrafo segundo** – As ESCOLAS que não efetuarem o pagamento em moeda corrente deverão proporcionar aos AUXILIARES tempo hábil para o recebimento no banco ou no posto bancário dentro da jornada de trabalho, quando coincidente com o horário bancário, excluindo-se o horário de refeição.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

**8. Comprovantes de pagamento**

A ESCOLA deverá fornecer ao AUXILIAR, mensalmente, comprovante de pagamento, sendo permitida a modalidade eletrônica, devendo estar discriminados: **a)** a identificação da ESCOLA; **b)** a identificação do AUXILIAR; **c)** o valor do salário mensal; **d)** a carga horária mensal; **e)** outros eventuais adicionais; **f)** o descanso semanal remunerado; **g)** as horas extras trabalhadas; **h)** o valor do recolhimento do FGTS; **i)** os descontos previdenciários; **j)** outros descontos.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

**9. Horas extras**

As horas extraordinárias trabalhadas pelos AUXILIARES fora do horário habitual, inclusive reuniões, serão remuneradas com o acréscimo salarial de 50% (cinquenta por cento), incidentes sobre o valor da hora normal.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

**10. Adicional noturno**

O adicional noturno deve ser pago nas atividades realizadas após às 22 horas e corresponde a 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da hora normal.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

**11. Adicional por atividades em outros municípios**

Quando o AUXILIAR desenvolver suas atividades a serviço da mesma organização, em município diferente daquele onde foi contratado e onde ocorre a prestação habitual do trabalho, deverá receber um adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o total de sua remuneração no novo município.

Quando o AUXILIAR voltar a prestar serviços no município de origem, cessará a obrigação do pagamento deste adicional.

**Parágrafo único** – Fica assegurada a garantia de emprego pelo período de 6 (seis) meses ao AUXILIAR transferido de município, contados a partir do início do trabalho e/ou da efetivação da transferência.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

## **12. Participação nos lucros ou resultados ou abono especial**

Será devido aos AUXILIARES o pagamento de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), na forma da Lei 10.101 de 19/12/2000, com as modificações introduzidas pela Lei 12.832 de 20/06/2013 ou abono especial, nos valores e prazos abaixo definidos:

**a)** até 15 de outubro de 2021, parcela correspondente a 24% (vinte e quatro por cento) da sua remuneração mensal bruta;

**b)** até 15 de outubro de 2022, parcela correspondente a 24% (vinte e quatro por cento) da sua remuneração mensal

**Parágrafo único** – Com a concessão do abono especial ou da participação nos lucros ou resultados nos termos da presente cláusula, dá-se por cumprida a Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000 e publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2000.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula e adequação do percentual de PLR ou Abono Especial.**

## **13. Cesta básica**

Na vigência da presente Convenção, a ESCOLA está obrigada a conceder a seus AUXILIARES, a partir do mês de referência de março de 2021, uma cesta básica de alimentos *in natura* de, no mínimo, 24 kg. As ESCOLAS cujo número de alunos matriculados for inferior a 100 (cem) poderão conceder uma cesta básica de alimentos *in natura* de, no mínimo, 12 kg.

**Parágrafo primeiro** – O benefício tratado nesta cláusula deverá ser entregue mensalmente, até o dia do pagamento dos salários.

**Parágrafo segundo** – As cestas básicas deverão conter, preferencialmente, os seguintes produtos não perecíveis: arroz, óleo, macarrão, feijão, café, sal, farinha de trigo, açúcar, biscoito, farinha de mandioca, purê de tomate, tempero, sardinha em lata, farinha de fubá, achocolatado, leite em pó.

**Parágrafo terceiro** – Fica assegurada a concessão de cesta básica durante o recesso escolar, as férias, a licença maternidade e a licença para tratamento de saúde.

**Parágrafo quarto** – A ESCOLA poderá substituir a cesta básica por cartão alimentação ou vale-alimentação, cujo valor de face de, no mínimo R\$ xxxx (xxxx), não poderá ser inferior ao da cesta básica substituída e deverá ser reajustado no mês de março de 2022, pelo percentual do índice inflacionário apurado pelo INPC do IBGE, no período compreendido entre 1º de março de 2021 e 28 de fevereiro de 2022. Quando solicitado, o valor da cesta básica substituída deverá ser comprovado pela ESCOLA às entidades sindicais econômica e profissional.

**Parágrafo quinto** – A ESCOLA também poderá substituir a cesta básica por qualquer outro benefício ainda não concedido e de valor unitário superior aos definidos no parágrafo 4º desta cláusula, obedecendo ao mesmo critério de reajuste anual. A substituição da cesta básica por outro benefício deverá ser formalizada em Acordo Coletivo firmado entre o Sindicato profissional e a ESCOLA, que poderá ser assistida pela entidade sindical patronal.

**Parágrafo sexto** – Nos anos de 2021 e de 2022, as cestas básicas referentes a dezembro, que seriam entregues em janeiro de 2022 e 2023, respectivamente, poderão ser compostas por produtos natalinos e entregues aos AUXILIARES até o último dia letivo do ano respectivo.

**Parágrafo sétimo** – Na vigência da presente Convenção o AUXILIAR demitido sem justa causa terá direito à cesta básica referente ao período de aviso prévio, ainda que indenizado.

**Reivindicação – Manutenção da cláusula, adequação de datas e reajuste dos valores.**

#### **14. Bolsas de estudo integrais**

Todo AUXILIAR tem direito a bolsas de estudo integrais nas ESCOLAS onde leciona, incluindo matrícula, para si, seus filhos ou dependentes legais que vivam sob a dependência econômica do AUXILIAR. A utilização do benefício previsto nesta cláusula é transitória e por isso não possui caráter remuneratório e nem se vincula, para nenhum efeito, ao salário ou remuneração percebida pelo AUXILIAR, nos termos do artigo 458 da CLT, com a redação dada pela Lei 10.243, de 19 de junho de 2001, e do artigo 214, parágrafo 9º, inciso XIX do Decreto 3.048 de 06 de maio de 1999. A concessão das bolsas de estudo integrais será feita observando-se as seguintes disposições:

**Parágrafo primeiro** – A ESCOLA está obrigada a conceder até duas bolsas de estudo. Caso a ESCOLA possua até 100 (cem) alunos matriculados, poderá limitar a concessão desse benefício a uma única bolsa.

**Parágrafo segundo** – Em qualquer hipótese prevista no parágrafo primeiro, considera-se adquirido o direito do AUXILIAR que já possua número de bolsas de estudo superior ao determinado nesta Convenção.

**Parágrafo terceiro** – Serão também garantidas as bolsas de estudo para o AUXILIAR que estiver licenciado para tratamento de saúde, ou em gozo de licença mediante anuência da ESCOLA e nos casos de licenciamento para cumprimento de mandato sindical, nos termos do artigo 521, parágrafo único, da CLT, excetuado o disposto na cláusula “*Licença sem remuneração*”.

**Parágrafo quarto** – No caso de falecimento do AUXILIAR, os dependentes que já se encontram estudando na ESCOLA continuarão a gozar das bolsas de estudo até o final do curso. Excetuam-se os casos em que o AUXILIAR tenha aderido ao *Seguro de Custeio Educacional Sieceesp*, em qualquer instituição privada.

**Parágrafo quinto** – No caso de dispensa sem justa causa, ficarão garantidas aos dependentes do AUXILIAR, até o final do ano letivo, as bolsas de estudo já existentes.

**Parágrafo sexto** – No caso de o AUXILIAR trabalhar em um estabelecimento e residir comprovadamente próximo a outra unidade da mesma mantenedora, usufruirá das bolsas de estudo no local de sua escolha.

**Parágrafo sétimo** – No caso de a ESCOLA dispor de mais de um curso, o dependente do AUXILIAR poderá usufruir da bolsa de estudo em apenas um curso, da sua escolha.

**Parágrafo oitavo** – No caso de o dependente do AUXILIAR ser reprovado, a ESCOLA não estará obrigada a conceder bolsa de estudo no ano seguinte. O direito à bolsa de estudo será recuperado quando ocorrer a promoção para série subsequente.

**Parágrafo nono** – Os dependentes do AUXILIAR detentores de bolsas de estudo estão submetidos ao regimento interno da ESCOLA, não podendo, no entanto, haver norma regimental que limite o seu direito à bolsa de estudo.

**Parágrafo décimo** – As ESCOLAS que mantêm cursos pré-vestibulares ou outros cursos estão desobrigadas de conceder, nesses cursos, bolsas de estudos integrais em classes cujo número de alunos seja inferior a 11 (onze).

**Parágrafo onze** – As bolsas de estudo referem-se apenas à anuidade do curso, não incluindo nenhuma outra atividade ou material didático, exceto quando integrados ao valor da anuidade.

**Parágrafo doze** – A bolsa de estudo poderá deixar de ser concedida;

- a. durante o período de experiência, limitado a 90 (noventa) dias.
- b. na contratação para substituição temporária de um outro AUXILIAR, limitado a 150 (cento e cinquenta) dias.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

### **15. Creches**

É obrigatória a instalação de local destinado à guarda de crianças em idade de amamentação, quando a ESCOLA mantiver contratada, em jornada integral, pelo menos trinta mulheres com idade superior a 16 (dezesesseis) anos. A manutenção da creche poderá ser substituída pelo pagamento do reembolso-creche, nos termos da legislação em vigor (artigo 389, parágrafo 1º, da CLT e Portarias MTE nº 3296, de 03/09/86 e nº 670, de 27/08/97), ou ainda, pela celebração de convênio com uma entidade reconhecidamente idônea.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

### **16. Seguro de vida em grupo**

A família terá garantida pela ESCOLA uma indenização correspondente a 24 (vinte e quatro) salários do AUXILIAR que vier a falecer. A ESCOLA poderá filiar-se a uma apólice de seguro de vida em grupo, que poderá ser formalizada junto à entidade sindical econômica signatária, em seu nome, perante companhia de seguro de sua escolha.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

### **17. Plano de Saúde**

A ESCOLA está obrigada a conceder a todos os seus AUXILIARES, às suas expensas, um Plano Básico de Saúde, cujas condições mínimas seguem relacionadas:

#### **1. Abrangência**

O Plano deverá ter rede credenciada no município onde funciona a ESCOLA. Em casos de emergência, deverá haver garantia de atendimento integral em qualquer localidade do Estado de São Paulo ou fixação, em contrato, de formas de reembolso.

#### **2. Coberturas mínimas**

2.1 Quarto para dois pacientes, no máximo.

#### **2.2 Consultas**

2.3 Prazo de internação de 365 dias por ano (comum e UTI/CTI).

2.4 Parto, independentemente do estado gravídico.

2.5 Moléstias infecto-contagiosas que exijam internação.

2.6 Exames laboratoriais, ambulatoriais e hospitalares.

### **3. Carência**

Não haverá carência na implantação do Plano de Saúde.

### **4. AUXILIAR ingressante**

Não haverá carência para o AUXILIAR ingressante, independentemente do mês em que for contratado.

### **5. Pagamento**

O AUXILIAR deverá contribuir mensalmente com 10% (dez por cento) do valor pago à operadora do plano de assistência médica ou do seguro saúde. O pagamento da contribuição do AUXILIAR será feito mediante desconto em folha de pagamento e consignado no comprovante de pagamento, nos termos do artigo 462 da CLT.

### **6. Da manutenção do Plano de Saúde**

O AUXILIAR demitido sem justa causa ou aposentado poderá optar pela manutenção da condição de beneficiário no prazo máximo de 30 (trinta) dias, em resposta ao comunicado da ESCOLA, formalizado no ato da comunicação do aviso prévio, a ser cumprido ou indenizado, ou da comunicação da aposentadoria, conforme estabelece a Resolução Normativa – RN nº 279, de 24 de novembro de 2011.

Cláusula nova

### **18. Salário do auxiliar ingressante na escola**

Ao AUXILIAR admitido em substituição a outro desligado, qualquer que tenha sido o motivo do seu desligamento, será sempre garantido salário inicial igual ao menor salário na função pago pela ESCOLA, desconsideradas eventuais vantagens pessoais.

**Parágrafo primeiro** – Aos AUXILIARES admitidos após 1º de março de 2020 serão concedidos o mesmo percentual de reajuste estabelecido em março de 2021 e a mesma parcela do salário, a título de Participação nos Lucros ou Resultados ou abono especial previstos na presente Convenção.

**Parágrafo segundo** – Aos AUXILIARES admitidos após 1º de março de 2021, serão concedidos o mesmo percentual de reajuste estabelecido em março de 2022 e a mesma parcela do salário, a título de Participação nos Lucros ou Resultados ou abono especial previstos na presente Convenção.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula e adequação de datas.**

### **19. Anotações na carteira de trabalho**

A ESCOLA está obrigada a promover, em 48 (quarenta e oito) horas, as anotações nas carteiras de trabalho de seus AUXILIARES, ressalvados eventuais prazos mais amplos permitidos por lei. É obrigatória a anotação na carteira de trabalho das mudanças provocadas por ascensão em plano de carreira ou alteração de função.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**



**20. Indenizações adicionais**

O AUXILIAR demitido sem justa causa que tenha, no mínimo, 50 (cinquenta) anos de idade terá direito à indenização adicional de 15 (quinze) dias, além do aviso prévio previsto em lei e de outras indenizações quando devidas.

**Parágrafo primeiro** – Para ter direito a essa indenização, o AUXILIAR deverá contar com pelo menos um ano de serviço na ESCOLA na data da comunicação da dispensa.

**Parágrafo segundo** – A indenização adicional prevista nesta cláusula não integrará o tempo de serviço do AUXILIAR para nenhum efeito.

**Parágrafo terceiro** - Além das indenizações previstas nesta Convenção, o AUXILIAR desligado sem justa causa terá direito a receber o valor equivalente a 03 (três) dias para cada ano trabalhado na ESCOLA, nos termos da Lei nº 12.506/2011. Aos empregados com mais de 50 anos será assegurado aviso prévio de 45 dias, sem prejuízo da vantagem prevista na Lei nº 12.506/2011.

Reivindicação: Manutenção da cláusula e adequação de redação

**21. Demissão por justa causa**

Quando houver demissão por justa causa, a ESCOLA está obrigada a determinar na carta-aviso o motivo que deu origem à dispensa. Caso contrário, ficará descaracterizada a justa causa.

Reivindicação: Manutenção da cláusula.

**22. Homologação**

Quando a ESCOLA promover a dispensa ou receber pedido de demissão de AUXILIAR com mais de um ano de contrato de trabalho, obriga-se a homologar, sem ônus, na sede das Entidades Sindicais signatárias que possua no município setor próprio de homologação.

**Parágrafo primeiro** – Não havendo setor de homologação na Entidade Sindical no município, a Fepesp se responsabilizará pela homologação sem qualquer ônus à ESCOLA.

**Parágrafo segundo** – Não ocorrendo a citada homologação por responsabilidade da ESCOLA, em até 30 (trinta) dias após o prazo máximo para o pagamento das verbas rescisórias, previsto no artigo 477, parágrafo 6º da CLT, este arcará com a multa de um salário vigente à época, a favor do AUXILIAR. A ESCOLA deverá agendar a homologação no respectivo Sindicato, no prazo máximo de dez dias da dispensa. Não ocorrendo a homologação por responsabilidade ou impossibilidade de agendamento do SINDICATO a multa não se aplica.

Reivindicação: Manutenção da cláusula e adequação de redação.

**23. Atestados de afastamento e salários**

Sempre que solicitada, a ESCOLA está obrigada a fornecer ao AUXILIAR atestado de afastamento e salários nas rescisões contratuais.

Reivindicação: Manutenção da cláusula.

**24. Mudança de cargo ou função**

O AUXILIAR não poderá ser transferido de cargo ou função, salvo com seu consentimento expresso e por escrito, sob pena de nulidade da referida transferência.

Reivindicação: Manutenção da cláusula.



**25. Garantia de emprego à gestante**

É proibida a dispensa arbitrária ou sem justa causa da AUXILIAR gestante, desde o início da gravidez até sessenta dias após o término do afastamento legal. O aviso prévio começará a contar a partir do término do período de estabilidade.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

**26. Estabilidade provisória do alistando**

É assegurada ao AUXILIAR em idade de prestação do serviço militar estabilidade provisória, desde o alistamento até sessenta dias após a baixa.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

**27. Auxiliar afastado por doença**

Ao AUXILIAR afastado do serviço por doença devidamente comprovada pela Previdência Social ou por médico ou dentista credenciado pela ESCOLA será garantido o emprego ou o salário, a partir da alta e por igual período ao do afastamento, até o limite de sessenta dias, além do aviso prévio.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

**28. Portadores de doenças graves e/ou infectocontagiosas**

Fica assegurada, até alta médica ou eventual concessão de aposentadoria por invalidez, estabilidade no emprego aos AUXILIARES acometidos por doenças graves e/ou infectocontagiosas e incuráveis e aos AUXILIARES portadores do HIV (vírus da imunodeficiência adquirida) que vierem a apresentar qualquer tipo de infecção ou doença oportunista, resultante da patologia de base.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

**29. Portadores de sofrimentos psicológicos e/ou psiquiátricos**

Fica assegurada, até alta médica ou eventual concessão de aposentadoria por invalidez, estabilidade no emprego aos AUXILIARES acometidos por sofrimentos psicológicos e/ou psiquiátricos relacionados ao trabalho ou não, que vierem a apresentar sintomas desta natureza que os impeçam de exercer suas funções laborais.

Reivindicação: **Inclusão da cláusula *Portadores de sofrimentos psicológicos e/ou psiquiátricos* na Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022.**

**30. Garantias aos auxiliares em vias de aposentadoria**

O AUXILIAR com pelo menos 3 (três) anos de serviço na ESCOLA e que comprovadamente estiver a 24 (vinte e quatro meses) ou menos da aposentadoria integral por tempo de contribuição ou por idade terá garantia de emprego durante o período que faltar para a aquisição do direito.

**Parágrafo primeiro** – A comprovação à ESCOLA deverá ser feita mediante a apresentação de documento que ateste o tempo de serviço, emitido pela Previdência Social ou por funcionário credenciado junto ao órgão previdenciário.

**Parágrafo segundo** – Caso o AUXILIAR dependa de documentação para realização da contagem, terá um prazo de 30 (trinta) dias para obtê-la, **a contar da data da notificação da dispensa.** Comprovada a solicitação de tal documentação, os prazos serão prorrogados até que a mesma seja emitida,

assegurando-se, nessa situação, o pagamento dos salários pelo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

**Parágrafo terceiro** – No período de garantia de emprego previsto nesta cláusula o contrato de trabalho do AUXILIAR só poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pedido de demissão.

**Parágrafo quarto** – Durante o período de garantia de emprego previsto nesta cláusula, o AUXILIAR poderá exercer outra função inerente, desde que haja acordo formal entre ele e a ESCOLA.

**Parágrafo quinto** – No caso de demissão sem justa causa, o aviso prévio integra o período de garantia de emprego previsto nesta cláusula.

**Parágrafo sexto** – O AUXILIAR que protocolar o requerimento de concessão de seu benefício previdenciário de aposentadoria junto ao INSS, deverá informar à ESCOLA, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do referido protocolo.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula e adequação de redação do parágrafo segundo.**

### **31. Irredutibilidade salarial**

É proibida a redução da remuneração mensal ou de carga horária, exceto quando ocorrer por iniciativa expressa do AUXILIAR. É obrigatória a concordância formal recíproca, por escrito.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

### **32. Compensação semanal da jornada de trabalho**

Fica permitida a compensação semanal da jornada de trabalho.

**Parágrafo primeiro** – Mediante ciência expressa, através do calendário anual, a ser publicado pela ESCOLA no início do ano letivo, os AUXILIARES serão dispensados do cumprimento de sua jornada de trabalho em dias ali previstos, compensando-se as horas não trabalhadas com horas de trabalho complementares, acertadas previamente entre ESCOLA e AUXILIAR.

**Parágrafo segundo** – As horas de trabalho, objeto do acordo de compensação anual, não se comunicam com aquelas integrantes do Banco de Horas, eventualmente celebrado pela ESCOLA, sendo vedada sua transferência para o mesmo.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

### **33. Banco de horas**

Nos termos da Lei 9.601, de 21 de janeiro de 1998, fica autorizada a celebração de Banco de Horas entre os AUXILIARES e as ESCOLAS, desde que respeitado o disposto no artigo 8º, inciso VI, da Constituição Federal de 1988.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

### **34. Descontos de faltas**

Na ocorrência de faltas não amparadas na legislação, a ESCOLA poderá descontar, no máximo, o número de horas em que o AUXILIAR esteve ausente e o DSR proporcional a essas horas.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

**35. Abono de faltas por casamento ou luto**

Não serão descontadas no curso de 9 (nove) dias corridos, as faltas do AUXILIAR por motivo de gala ou luto, este em decorrência de falecimento de pai, mãe, filho, cônjuge, companheiro (a), assim juridicamente reconhecido (a), ou dependente.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

**36. Congressos, simpósios e equivalentes**

Os abonos de falta para comparecimento a congressos, simpósios e equivalentes serão concedidos mediante aceitação por parte da ESCOLA, que deverá formalizar por escrito a dispensa do AUXILIAR.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

**37. Abono de ponto ao estudante**

Fica assegurado o abono de faltas ao AUXILIAR estudante para prestação de exames escolares, condicionado à prévia comunicação à Escola e posterior comprovação.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

**38. Férias**

As férias dos AUXILIARES serão determinadas nos termos da legislação que rege a matéria, pela direção da ESCOLA, sendo admitida a compensação dos dias de férias concedidos antecipadamente, em período nunca inferior a dez dias e nem mais que duas vezes por ano.

**Parágrafo primeiro** – A ESCOLA está obrigada a pagar o salário das férias e o abono constitucional de 1/3 do salário até 48 (quarenta e oito) horas antes do início das férias (art. 145 da CLT e inciso XVII, art. 7º da Constituição Federal).

**Parágrafo segundo** – As férias individuais ou coletivas não poderão ter seu início coincidindo com domingos, feriados, dia de compensação do descanso semanal remunerado ou sábados, quando estes últimos não forem dias normais de aula.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

**39. Licença sem remuneração.**

O AUXILIAR com mais de cinco anos ininterruptos de serviço na ESCOLA terá direito a licenciar-se, sem direito à remuneração, por um período máximo de dois anos, não sendo este período de afastamento computado para contagem de tempo de serviço ou para qualquer outro efeito, inclusive legal.

**Parágrafo primeiro** – A licença ou sua prorrogação deverá ser comunicada à ESCOLA com antecedência mínima de sessenta dias do período letivo, sendo especificadas as datas de início e término do afastamento. A licença só terá início a partir da data expressa no comunicado, mantendo-se, até aí, todas as vantagens contratuais.

**Parágrafo segundo** – O término do afastamento deverá coincidir com o início de período letivo.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

**40. Licença por adoção ou guarda**

Nos termos da Lei 12.873, de 25 de outubro de 2013, será assegurada licença de 120 (cento e vinte) dias ao AUXILIAR, homem ou mulher, que vier a adotar ou obtiver guarda judicial de crianças e fizer jus ao salário maternidade pago pela Previdência Social.

**Parágrafo único** – Fica garantida a estabilidade no emprego ao AUXILIAR adotante, durante a licença e até 60 (sessenta) dias após o término do afastamento legal. O aviso prévio começará a contar a partir do término do período de estabilidade.

Reivindicação: Manutenção da cláusula.

#### **41. Licença paternidade**

A licença paternidade terá duração de 5 (cinco) dias corridos.

Reivindicação: Manutenção da cláusula.

#### **42. Refeitórios**

A ESCOLA está obrigada a manter em suas dependências local apropriado para refeições, com condições de conforto e higiene.

Reivindicação: Manutenção da cláusula.

#### **43. Uniformes**

A ESCOLA deverá fornecer gratuitamente, no mínimo, 2 (dois) uniformes por ano, quando o seu uso for exigido.

Reivindicação: Manutenção da cláusula.

#### **44. Atestados médicos e abonos de faltas**

A ESCOLA é obrigada a abonar as faltas dos AUXILIARES mediante a apresentação de atestados médicos ou odontológicos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do retorno do AUXILIAR ao trabalho.

Reivindicação: Manutenção da cláusula.

#### **45. Acompanhamento de dependentes (abono de falta para levar filho ao médico)**

Assegura-se o direito à ausência remunerada de 1 (um) dia por semestre ao AUXILIAR para levar ao médico filho menor, filho incapaz ou dependente previdenciário de até 15 (quinze) anos de idade, bem como maior dependente, a partir de 60 (sessenta) anos de idade, conforme Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, mediante comprovação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do retorno do AUXILIAR ao trabalho.

Reivindicação: Manutenção da cláusula e adequação de redação.

#### **46. Quadro de avisos**

A ESCOLA deverá manter espaço reservado ao quadro de avisos do Sindicato, para fixação de comunicados de interesse da categoria, sendo proibida a divulgação de material político-partidário ou ofensivo a quem quer que seja.

**Parágrafo único** - As ESCOLAS permitirão acesso do dirigente sindical no horário de intervalo dos AUXILIARES, para desempenho de suas funções, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva.

Reivindicação: Manutenção da cláusula e inclusão do parágrafo único.

**47. Delegado representante**

Nas unidades de ensino com mais de 50 (cinquenta) AUXILIARES será assegurada a eleição de um Delegado Representante que terá direito à garantia de emprego ou de salário a partir da data de inscrição de seu nome como candidato, até o término do semestre em que sua gestão se encerrar.

**Parágrafo primeiro** – O mandato do Delegado Representante será de um ano.

**Parágrafo segundo** – A eleição do Delegado Representante será realizada pelo Sindicato, na unidade de ensino da ESCOLA, por voto direto e secreto dos AUXILIARES.

**Parágrafo terceiro** – É exigido o quórum de 50% 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) do total de AUXILIARES da ESCOLA.

**Parágrafo quarto** – O Sindicato comunicará formalmente à ESCOLA os nomes dos candidatos e a data da eleição, com antecedência mínima de sete dias corridos. Nenhum candidato poderá ser demitido a partir da data da comunicação, até o término da apuração.

**Parágrafo quinto** – É condição necessária que os candidatos, à data da comunicação, tenham pelo menos um ano de serviço na ESCOLA e sejam sindicalizados.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

**48. Assembleias sindicais**

Todo AUXILIAR terá direito a abono de faltas para o comparecimento a assembleias da categoria.

**Parágrafo primeiro** – Os abonos estão limitados a:

**a)** dois sábados e dois dias úteis no período compreendido entre 1º de março de 2021 e 28 de fevereiro de 2022. As duas assembleias realizadas durante os dias úteis deverão ocorrer em períodos distintos.

**b)** dois sábados e dois dias úteis no período compreendido entre 1º de março de 2022 e 28 de fevereiro de 2023. As duas assembleias realizadas durante os dias úteis deverão ocorrer em períodos distintos.

**Parágrafo segundo** – As ESCOLAS ou as entidades sindicais patronais deverão ser informadas pelo Sindicato ou pela Fepesp da data e do horário das assembleias, com antecedência mínima de quinze dias corridos.

**Parágrafo terceiro** – Os dirigentes sindicais terão abono de faltas para comparecimento a assembleias de sua categoria profissional, sem o limite previsto no parágrafo primeiro. A ESCOLA deverá ser comunicada antecipadamente pelo Sindicato ou pela Fepesp.

**Parágrafo quarto** – A ESCOLA deverá exigir dos AUXILIARES e dos dirigentes sindicais, atestado emitido pelo Sindicato ou pela Fepesp que comprove o seu comparecimento à assembleia.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula e adequação de datas.**

**49. Congresso sindical**

Respectivamente, nos períodos compreendidos entre 1º de março 2021 e 28 de fevereiro de 2022 e 1º de março de 2022 e 28 de fevereiro de 2023, o Sindicato ou a Fepesp poderá realizar congresso, simpósio ou jornada pedagógica. A ESCOLA abonará as ausências de seus AUXILIARES que participarem do evento, nos seguintes limites:

**a)** um AUXILIAR, quando a ESCOLA empregar até 50 (cinquenta) AUXILIARES;

**b)** dois AUXILIARES, quando a ESCOLA empregar mais de 50 (cinquenta) AUXILIARES.

**Parágrafo único** – As ausências, limitadas em cada evento a dois dias úteis além do sábado, serão abonadas mediante apresentação de atestado de comparecimento fornecido pelo Sindicato ou pela Fepesp.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula e adequação de datas.**

### **51. Contribuição para o Sindicato**

Obriga-se a ESCOLA, na vigência da presente Convenção, a promover o desconto na folha de pagamento de seus AUXILIARES, sindicalizados e/ou filiados ou não, para recolhimento em favor da entidade sindical legalmente representativa da categoria dos AUXILIARES, na base territorial conferida pela respectiva carta sindical ou pelo inciso I do artigo 8º da Constituição Federal, em conta especial, da importância correspondente ao percentual estabelecido ou que vier a ser estabelecido pela assembleia geral da categoria. A contribuição assistencial destina-se à criação, manutenção e ampliação dos serviços assistenciais do Sindicato, conforme deliberação da assembleia geral.

**Parágrafo primeiro** – O Sindicato encaminhará ao Sindicato representativo da categoria econômica ou à FEEESP, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da assinatura da presente Convenção, a ata da assembleia geral que deliberou sobre a contribuição assistencial, fixando o valor e os meses do desconto.

**Parágrafo segundo** – O recolhimento da contribuição assistencial será realizado obrigatoriamente pela própria ESCOLA, até o décimo dia dos meses subsequentes aos descontos, em guias fornecidas pelo Sindicato. As ESCOLAS estão obrigadas a enviar ao Sindicato, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do vencimento, comprovante do recolhimento acompanhado da relação nominal dos AUXILIARES, com os respectivos salários.

**Parágrafo terceiro** – Quando a ESCOLA deixar de efetuar o recolhimento da contribuição assistencial, dentro do prazo e condições determinadas no parágrafo segundo, incorrerá na obrigatoriedade do pagamento da referida contribuição, acrescida de multa de 10% (dez por cento). O pagamento da multa é de integral responsabilidade da ESCOLA e não pode, de forma alguma e sob qualquer justificativa, incidir sobre os salários dos AUXILIARES.

**Parágrafo quarto** – Fica assegurado ao AUXILIAR o direito de oposição ao desconto da contribuição assistencial, a ser exercido, sem qualquer vício de vontade, de modo individual, pessoalmente, na sede do Sindicato, contendo nome, CPF/MF do AUXILIAR, nome e CNPJ/MF da instituição de ensino, com cópia à ESCOLA, no prazo deliberado pela Assembleia geral da categoria ou, na falta deste, no período de dez dias antes da efetivação do pagamento reajustado.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

### **52. Relação nominal**

No primeiro ano de vigência desta norma coletiva, a ESCOLA está obrigada a encaminhar ao Sindicato ou à Fepesp, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de pagamento da primeira remuneração mensal devidamente reajustada, conforme estabelecido na cláusula *Reajuste Salarial em 2021* a relação nominal dos AUXILIARES, acompanhada do respectivo CPF/MF, data de admissão, da remuneração mensal e dos descontos previdenciários e legais.

**Parágrafo primeiro** - No segundo ano de vigência, a relação nominal, com as informações adicionais elencadas no caput, deverá ser encaminhada ao Sindicato ou à Fepesp até o dia 30 de abril de 2022.

**Parágrafo segundo** - A relação nominal, ou a cópia da folha de pagamentos referente ao mês do reajuste salarial, poderá ser enviada por meio magnético ou pela internet.

Reivindicação: Manutenção da cláusula e adequação de redação.

### **53. Desconto em folha de pagamento – mensalidade associativa**

O desconto em folha de pagamento somente poderá ser realizado, mediante autorização do AUXILIAR, nos termos dos artigos 462 e 545 da CLT, quando os valores forem destinados ao custeio de prêmios de seguro, planos de saúde, mensalidade associativa sindical ou outras que constem da sua expressa autorização, desde que não haja previsão expressa de desconto na presente Convenção Coletiva. Quando cobrada, a ESCOLA se obriga a repassar ao Sindicato, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a data do pagamento mensal, os valores correspondentes ao desconto das mensalidades associativas.

Reivindicação: Manutenção da cláusula.

### **54. Acordos coletivos**

Ficam asseguradas as cláusulas mais favoráveis à presente Convenção existentes em cada ESCOLA, quando decorrerem de Acordos Coletivos de Trabalho celebrados entre o Sindicato profissional ou a FEPESP e a ESCOLA.

**Parágrafo único** – Caso a ESCOLA tenha interesse, poderá solicitar que o SINEPE ou a FEEESP participem e sejam signatários do referido acordo.

Reivindicação: Manutenção da cláusula.

### **55. Legalidade das entidades sindicais signatárias**

Fica estabelecida a legalidade das entidades sindicais signatárias para promover perante a Justiça do Trabalho e o Foro Geral ações plúrimas em nome dos AUXILIARES, em nome próprio, ou como parte interessada, ou ainda, como substituto processual nas ações coletivas, em caso de descumprimento de quaisquer cláusulas avençadas nesta Convenção.

Reivindicação: Manutenção da cláusula.

### **56. Comissão permanente de negociação**

Fica mantida a Comissão Permanente de Negociação formada paritariamente por representantes das entidades sindicais profissional e econômica, com o objetivo de: **a)** fiscalizar o cumprimento das cláusulas vigentes; **b)** propor alternativas de entendimento para eventuais divergências de interpretação das cláusulas da presente Convenção; **c)** discutir questões não contempladas na norma coletiva.

**Parágrafo único** – As entidades componentes da Comissão Permanente de Negociação indicarão seus representantes, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura da presente Convenção.

Reivindicação: Manutenção da cláusula.

### **57. Foro conciliatório para solução de conflitos coletivos**

Fica mantida a existência do Foro Conciliatório que tem como objetivo procurar resolver as divergências trabalhistas existentes entre a ESCOLA e seus AUXILIARES.

É também competência do Foro Conciliatório a celebração de acordos intersindicais de compensação de emendas de feriados.



**Parágrafo primeiro** – O Foro será composto obrigatoriamente por membros das entidades sindicais patronal e profissional. As reuniões deverão contar, também, com as partes em conflito que, se assim o desejarem, poderão delegar representantes para substituí-las e/ou serem assistidas por advogados.

**Parágrafo segundo** – As entidades sindicais patronal e profissional deverão indicar os seus representantes no Foro num prazo de trinta dias a contar da assinatura desta Convenção.

**Parágrafo terceiro** – Cada seção do Foro será realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da convocação formal e obrigatória de qualquer uma das entidades sindicais que o compõem. A data, o local e o horário serão decididos pelas partes envolvidas. O não comparecimento de qualquer uma das partes cessará as negociações, de imediato.

**Parágrafo quarto** – Nenhuma das partes envolvidas ingressará com ação na Justiça do Trabalho durante as negociações de entendimento. Na ausência de solução do conflito ou na hipótese de não comparecimento de qualquer uma das partes, a comissão responsável pelo Foro fornecerá certidão atestando o encerramento da negociação.

**Parágrafo quinto** – Na hipótese de sucesso das negociações, a critério do Foro, a ESCOLA poderá ficar desobrigada de arcar com a multa prevista na cláusula “Multa por Descumprimento da Convenção” da presente Convenção.

**Parágrafo sexto** – As decisões do Foro terão eficácia legal entre as partes acordantes. O descumprimento das decisões assumidas gerará multa a ser estabelecida no Foro, independentemente daquelas já estabelecidas na presente Convenção.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

#### **58. Multa por descumprimento da convenção**

O descumprimento desta Convenção obrigará a ESCOLA ao pagamento de multa correspondente a 5% (cinco por cento) do salário mensal bruto do AUXILIAR, para cada uma das cláusulas não cumpridas, acrescida de juros e correção monetária, a cada AUXILIAR prejudicado.

**Parágrafo primeiro** – A ESCOLA está desobrigada de arcar com o valor da multa prevista nesta cláusula, caso a cláusula da presente Convenção já estabeleça uma multa específica pelo não cumprimento.

**Parágrafo segundo:** Em relação ao descumprimento da cláusula *Relação Nominal*, a multa estabelecida no caput será revertida ao Sindicato.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**